

MESTRADO EM PSICOLOGIA
PSICOLOGIA DA JUSTIÇA E DA DESVIÂNCIA

O Papel do Apoio Comunitário na Resiliência de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo

Ana Carolina Moreira dos Anjos

M

2025



Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**O PAPEL DO APOIO COMUNITÁRIO NA RESILIÊNCIA DE PESSOAS EM
SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO**

Ana Carolina Moreira dos Anjos

junho, 2025

Dissertação apresentada no Mestrado em Psicologia, Área da Justiça e da Desviância, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pela Professora Doutora **Susana Coimbra** (FPCEUP).

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações da autora no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceituais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, a autora declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. A autora declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor de propriedade industrial.

Agradecimentos

O caminho mais longo e atribulado da minha vida encontra nestas páginas o seu fim. A todas as pessoas que, nas curvas e contracurvas dos últimos anos, tiveram sempre uma palavra de conforto e um apoio incansável, o que tenho para vos dirigir é o meu mais sincero *obrigada*.

À *Professora Doutora Susana Coimbra*, por, desde o início, ter sido a fonte de incentivo que todo e qualquer estudante sonha ter e por ter confiado nesta caminhada que fizemos juntas até ao fim. Obrigada pela sua dedicação, enquanto profissional e enquanto pessoa, que me fez querer sempre um bocadinho mais.

Aos *meus pais*, que me apoiaram desde o primeiro dia e, mesmo quando tudo parecia difícil, foram (e são) a casa para onde volto sempre.

A *toda a minha família*, que sempre me fizeram sentir o orgulho que têm por ser capaz de atingir este que é um dos meus grandes objetivos.

Aos *meus amigos*, que entre os dias cheios de dúvidas e frustrações e os dias em que me sentia no topo do mundo, estiveram lá sempre.

À *Dévora*, a primeira e melhor amiga que fiz na faculdade, que percorreu este caminho comigo do primeiro ao último dia. Foi longo, mas conseguimos.

Aos *participantes deste estudo*. Obrigada. Tudo isto é mais vosso do que meu.

Resumo

A situação de sem-abrigo é um fenómeno bastante complexo e multidimensional que tem crescido em Portugal. Existe uma procura crescente de perceber quais os riscos e vulnerabilidades que conduzem à situação de sem-abrigo e perpetuam esta condição. A investigação tem privilegiado estudos centrados nas causas e fatores de risco que contribuem para a situação de sem-abrigo, existindo uma lacuna no que diz respeito ao conhecimento de fatores de proteção que contribuem para o ajustamento a esta situação de adversidade. Entre os fatores mais relevantes para este ajustamento distingue-se o papel do apoio comunitário na construção da resiliência em pessoas em situação de sem-abrigo.

Neste estudo pretendemos compreender o modo como o apoio comunitário é percebido pelas pessoas em situação de sem-abrigo como fator de proteção e, por essa via, como pode contribuir para a sua resiliência face à adversidade. Tendo em conta estes objetivos, foram realizadas seis entrevistas semiestruturadas com pessoas que vivem, ou viveram recentemente, em situação de sem-abrigo, e recorreram a instituições de apoio comunitário no concelho do Porto. A análise de conteúdo dos dados recolhidos permitiu a identificação de cinco categorias fundamentais: os fatores de risco que conduziram à situação de sem-abrigo, as experiências com instituições de apoio comunitário, as experiências com as equipas que atuam nas instituições de apoio comunitário, as experiências com a sua rede de pares e com a comunidade, e perspetivas de mudança.

Os resultados sugerem que existe um consenso entre pessoas em situação de sem-abrigo no que diz respeito à importância do apoio comunitário no processo de ajustamento à adversidade. O trabalho das instituições e as relações com a comunidade são percecionados como ferramentas essenciais para a construção da resiliência. Os resultados salientam, no entanto, a prevalência de atitudes negativas para com esta população, dentro das instituições e na comunidade, e uma limitação das respostas sociais, tornando-se necessário combater estas atitudes e potenciar o desenvolvimento das pessoas em situação de sem-abrigo enquanto membros ativos da comunidade.

Palavras-chave: Pessoas em Situação de Sem-Abrigo; Apoio Comunitário; Fatores de Proteção; Resiliência

Abstract

Homelessness is a very complex and multidimensional phenomenon that has been growing in Portugal. There is a growing demand to understand the risks and vulnerabilities that lead to homelessness and perpetuate this condition. Research has favoured studies centred on the causes and risk factors that contribute to homelessness, while there is a gap in knowledge of protective factors that contribute to the adjustment to this adversity situation. Among the most relevant factors for this adjustment is the role of community support in building resilience in people experiencing homelessness.

In this study, we aim to understand how community support is perceived by people experiencing homelessness as a protective factor and, in this way, how it can contribute to their resilience in the face of adversity. Taking these objectives into account, six semi-structured interviews were carried out with people who live, or have recently lived, in a homeless condition, and have used community support institutions in Porto. The content analysis of the collected data allowed for the identification of five fundamental categories: the risk factors that led to homelessness, experiences with community support institutions, experiences with teams working in community support institutions, experiences with their peer network and community, and perspectives for change.

The results suggest that there is a consensus among homeless people regarding the importance of community support in the process of adjusting to adversity. Both the work of institutions and the relationships with the community are seen as essential tools for building resilience. However, the results highlight the prevalence of negative attitudes towards this population, both within institutions and in the community, and a limitation of social responses, making it necessary to oppose these attitudes and boost the development of homeless people as active members of the community.

Keywords: People Experiencing Homelessness; Community Support; Protective Factors; Resilience

Résumé

Le sans-abrisme est un phénomène très complexe et multidimensionnel qui s'est développé au Portugal. Il existe une demande croissante pour comprendre les risques et les vulnérabilités qui conduisent à l'absence de chez-soi et perpétuent cette condition. La recherche a privilégié les études centrées sur les causes et les facteurs de risque qui contribuent à situation de sans-abrisme, alors qu'il y a une lacune dans la connaissance des facteurs de protection qui contribuent à l'adaptation à cette situation d'adversité. Parmi les facteurs les plus pertinents pour cet ajustement figure le rôle du soutien communautaire dans le développement de la résilience chez les personnes sans-abri.

Dans cette étude, nous cherchons à comprendre comment le soutien communautaire est perçu par les personnes sans-abri comme un facteur de protection et, ainsi, comment il peut contribuer à leur résilience face à l'adversité. Avec ces objectifs à l'esprit, six entretiens semi-structurés ont été menés avec des personnes qui vivent, ou ont récemment vécu, dans une situation de sans-abrisme et utilisent les institutions d'aide communautaire dans Porto. L'analyse du contenu des données collectées a permis d'identifier cinq catégories fondamentales : les facteurs de risque ayant conduit à la situation de sans-abri, les expériences avec les institutions d'aide communautaire, les expériences avec les équipes travaillant dans les institutions d'aide communautaire, les expériences avec leur réseau de pairs et avec la communauté, et les perspectives de changement.

Les résultats suggèrent qu'il existe un consensus parmi les personnes sans-abri quant à l'importance de l'aide communautaire dans le processus d'adaptation à l'adversité. Le travail des institutions et les relations avec la communauté sont considérés comme des outils essentiels pour renforcer la résilience. Cependant, les résultats soulignent la prévalence d'attitudes négatives à l'égard de cette population, tant au sein des institutions que de la communauté, et une limitation des réponses sociales, ce qui rend nécessaire de combattre ces attitudes et de stimuler le développement des personnes sans-abri en tant que membres actifs de la communauté.

Mots-clés: Personnes sans-abri; Aide communautaire; Facteurs de protection; Résilience

Índice

Introdução.....	<u>98</u>
A Pessoa em Situação de Sem-Abrigo.....	11
Resiliência nas pessoas em situação de sem-abrigo.....	12
Fatores de proteção nas pessoas em situação de sem-abrigo: o papel do apoio comunitário.....	13
Método.....	17
Objetivo e desenho de investigação	17
Participantes	17
Instrumento	18
Procedimentos de Recolha e Análise de Dados	<u>19</u> 18
Apresentação e Discussão de Resultados.....	<u>20</u> 19
Fatores de risco que conduziram à situação de sem-abrigo	20
Experiências com instituições de apoio comunitário	21
Experiências com as equipas que atuam nas instituições.....	22
Experiências com a rede de pares e com a comunidade.....	<u>25</u> 24
Perspetivas de mudança	26
Considerações Finais.....	32
Limitações e implicações para o futuro.....	34
Referências Bibliográficas	36
Anexos	41
Anexo A - Guião de Entrevista Semiestruturada	41
Anexo B – Consentimento Informado	43
Anexo C – Parecer Favorável da Comissão de Ética	44

Introdução

Em 2023, cerca de 20% da população portuguesa encontrava-se em risco de pobreza ou de exclusão social (Observatório Nacional de Luta contra a Pobreza, 2024). Ainda que ligeiramente abaixo dos níveis médios de pobreza da União Europeia (Eurostat, 2024), Portugal é um dos países da Europa onde se observam maiores desigualdades (Damiani et al., 2024). A pobreza representa um dos fatores que pode levar a viver em situação de sem-abrigo. Na maioria das situações, é uma característica que pauta o dia a dia das pessoas em situação de sem-abrigo, uma vez que grande parte desta população se encontra desempregada ou com situações laborais bastante instáveis ou precárias que impedem de auferir o suficiente para fazer face às suas despesas. Contudo, não se pode afirmar que uma seja necessariamente a causa da outra. Efetivamente, podem distinguir-se quatro tipos de fatores que contribuem para o aumento da probabilidade de viver em situação de sem-abrigo: fatores estruturais – onde se insere a pobreza –, fatores institucionais, fatores relacionais e fatores pessoais (Busch-Geertsema, 2010).

O Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA, 2024) identificou, em Portugal, 13 128 pessoas em situação de sem-abrigo, dentro das quais 7 705 se encontravam em situação de sem teto e 5 423 em situação de sem casa. 50% destas pessoas concentrava-se nas regiões de Lisboa e do Porto. O Diagnóstico da Rede Social do Porto (2022), permitiu perceber que, entre 2018 e 2022, o número de pessoas em situação de sem-abrigo acompanhadas pela Equipa de Sem-Abrigo do Porto aumentou significativamente. O perfil mais comum dentro de quem vive em situação de sem-abrigo em Portugal é ser do género masculino, estar na faixa etária entre os 45 e os 64 anos, ter baixa escolaridade, ser solteiros, de nacionalidade portuguesa, estar sem qualquer ocupação profissional nos últimos 24 meses, viver em centros de acolhimento temporário e, maioritariamente, viver em situação de sem-abrigo há cerca de um a cinco anos. Cruz (2024) descreveu um perfil semelhante, mas não totalmente coincidente em 2024, quando cita Fernando Paulo, vereador da Coesão Social e coordenador do Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA) do Porto que apresentou as estatísticas de pessoas em situação de sem-abrigo nas ruas da cidade, revelando que no final de 2023 existiam 597, das quais 230 se encontravam sem teto e 367 sem casa. Tal como no perfil anterior, as pessoas nesta condição eram maioritariamente do sexo masculino, portuguesas, solteiras ou divorciadas, que se encontravam a viver nesta

condição há mais de um e menos de cinco anos, e que pertencem à mesma faixa etária do perfil nacional.

Quais as respostas que têm sido encontradas para tentar responder a esta população? Em Portugal, foi desenvolvida, com base nas diretrizes europeias, uma primeira estratégia ao nível nacional, a Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-abrigo: Prevenção, Intervenção e Acompanhamento 2009-2015 (ENIPSSA), com um modelo multidimensional interventivo e de acompanhamento. Tendo um caráter predominantemente preventivo, adotou como principal objetivo a diminuição da probabilidade de existirem fatores de risco. Mais tarde, a ENIPSSA 2017-2023 surge com um modelo de intervenção e acompanhamento dividido em três domínios: a prevenção, mas também a intervenção e a integração comunitária (Cancela et al., 2023). Esta intervenção integrada com as pessoas em situação de sem-abrigo conduziu à constituição, sempre que necessário, de Núcleos NPISA.

Ao nível local, no concelho do Porto, o NPISA Porto teve a sua origem no ano de 2009, coordenado pelo Centro Distrital de Segurança Social e, em 2018, passou a ser coordenado pelo Município do Porto. O NPISA Porto está dividido em seis eixos de intervenção: acompanhamento social, emprego e formação, habitação, participação e cidadania, saúde e voluntariado. A articulação entre as instituições dos diferentes eixos e o surgimento do Plano de Desenvolvimento Social do Porto tiveram um papel importante no combate à exclusão social e na melhoria da qualidade de vida das pessoas em situação de sem-abrigo.

No entanto, em 2020, sensivelmente a meio da implementação da ENIPSSA 2017-2023, continuava em falta uma resposta para algumas das necessidades das pessoas em situação de sem-abrigo. Deste modo, foi criada pela Câmara Municipal do Porto a Estratégia Municipal para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2020-2023, com o objetivo de reforçar as respostas já existentes e, ainda, criar novas alternativas de intervenção. Esta estratégia foi desenhada estruturando a intervenção em 10 eixos distintos: uma equipa multidisciplinar, que funciona como estrutura de articulação entre quem está na rua e os técnicos gestores de caso; o centro de alojamento temporário Joaquim Urbano, que proporciona um acompanhamento próximo e procura satisfazer as necessidades básicas dos utentes; uma rede de restaurantes solidários, que substitui a distribuição de comida no espaço público por melhores condições; alojamento de longa duração, que presta apoio na gestão habitacional e promove a reintegração social;

integração socioprofissional, para capacitar os utentes para a sua integração social; capacitação/formação, com o objetivo de criar oportunidades de emprego; saúde, tanto para assegurar o acesso a cuidados de saúde como trabalhando de forma a prevenir problemas de saúde; participação e cidadania, com o objetivo de qualificar o ecossistema social da cidade; capacitação e reforço de gestores de caso, para que exista uma melhor resposta às necessidades dos utentes; e estrutura residencial de baixo limiar, destinada a pessoas em situação de sem-abrigo de longo termo e sem autonomia, permitindo que sejam satisfeitas as suas necessidades básicas de forma digna.

O presente estudo tem como objetivo compreender de que forma o apoio que lhes é proporcionado é percebido pelas pessoas em situação de sem-abrigo como um fator de proteção e, por essa via, como pode contribuir para a sua resiliência. Após esta breve caracterização das pessoas em situação de sem-abrigo, assim como das respostas que têm vindo a ser traçadas para responder às suas necessidades, tanto ao nível nacional, como ao nível do município do Porto, iremos começar por abordar alguns dos contributos da investigação psicológica para esta problemática, em particular, o conceito de resiliência e, dentro desta, o papel dos fatores de proteção, em particular, do apoio comunitário. Após a introdução, iremos apresentar o estudo empírico que se baseia nos dados recolhidos através de seis entrevistas semiestruturadas realizadas junto de pessoas que já viveram ou se encontram atualmente a viver em situação de sem-abrigo. Seguir-se-á a apresentação e discussão dos resultados que se organizam em cinco categorias fundamentais e a conclusão geral da dissertação em que são apontadas as principais potencialidades e limitações.

A Pessoa em Situação de Sem-Abrigo

A situação de sem-abrigo é uma condição de vulnerabilidade que reflete uma interação de condicionantes presentes em diferentes dimensões da vida da pessoa. Frequentemente, e pela sua própria designação, a definição de condição de sem-abrigo é associada apenas à ausência de uma habitação, referindo-se a um espaço físico ao qual a pessoa pode chamar de “casa”. No entanto, tem existido uma evolução na compreensão deste conceito de casa, que passa a abranger os diferentes domínios da vida da pessoa.

Segundo Feantsa (2005), uma pessoa possui uma casa quando tem uma habitação ou espaço em sua posse (domínio físico), tem a possibilidade de manter a sua privacidade e das suas relações (domínio social), e tem a sua situação habitacional legalizada (domínio legal).

Para além da importância da habitação, outros aspetos como a empregabilidade, a saúde mental e física e os vínculos familiares e sociais estão envolvidos na complexidade de viver em situação de sem-abrigo, o que torna este um problema com uma dimensão também macro (Oliveira, 2020; Daly, 1996), resultante da convergência de fatores adversos a diferentes níveis (Busch-Geertsema et al. 2010).

A multiplicidade e complexidade da situação de sem-abrigo torna evidente a necessidade de compreender tanto os desafios como os recursos que estão implicados nos processos das pessoas que se encontram nesta condição. A investigação no domínio da resiliência pode contribuir de forma relevante para a compreensão dos mecanismos de risco, mas também de proteção das pessoas em situação de sem-abrigo (Shankar et al., 2019). De facto, a investigação acerca do fenómeno da situação de sem-abrigo tem privilegiado o estudo dos riscos e vulnerabilidades, existindo uma lacuna no que diz respeito à investigação e identificação de fatores de proteção que atuam no quotidiano destas pessoas, sendo que o seu conhecimento é tão ou mais importante para caracterizar a sua condição e fundamentar a intervenção a ser realizada.

Resiliência nas pessoas em situação de sem-abrigo

Frequentemente, a resiliência é descrita como uma adaptação bem-sucedida perante circunstâncias de vida difíceis ou ameaçadoras (Masten et al., 1990). Mais do que uma característica da pessoa, a resiliência reflete os processos de interação entre as características individuais e os contextos de interação em diferentes momentos da sua vida. Por esse motivo, quando se procura entender o conceito de resiliência, é imperativo ter em conta que abrange um conjunto de fatores, desde fatores mais individuais e psicológicos, até fatores sociais, económicos, culturais e mesmo políticos (Schwarz, 2018). A capacidade de adaptação às dificuldades que surgem em cada um destes contextos pode ser, de acordo com Shankar e os seus colaboradores (2019), dividida em duas categorias: Permanecer Forte (“*Staying Strong*”) e Manter Crenças Positivas (“*Sustaining Positive Beliefs*”). “Permanecer Forte” é relevante para que as pessoas

desenvolvam estratégias de *coping* para lidar com a adversidade e “Manter Crenças Positivas” torna-se essencial para uma adaptação positiva face à mesma.

A resiliência não é, por conseguinte, uma característica interna ou fixa. Para que se possa afirmar como resiliente, será necessário que se observe indicadores de ajustamento apesar da exposição ao risco (Coimbra & Fontaine, 2015). A situação de sem-abrigo é, indubitavelmente, um mecanismo de risco que muitas vezes resulta de outros mecanismos de riscos cumulativos associados à pobreza, como é o caso do desemprego ou habitação inadequada (Masten & Garmezy, 1985; Masten, 2014; Pereira, 2009). Como uma das principais características associadas à situação de sem-abrigo, a pobreza tem um impacto significativo no bem-estar das pessoas, na sua sociabilidade e realização pessoal (Damiani et al., 2024), o que contribui para o aumento da sua exclusão social. De facto, a situação de sem-abrigo impõe um conjunto de experiências stressantes, e é o culminar de relações bastante complexas, sendo que as pessoas em situação de sem-abrigo relatam muitas vezes diversas ruturas relacionais e sociais que pautaram as suas trajetórias de vida (Fernandes, 2006). O fracasso percebido nas relações familiares e outras que foram sendo estabelecidas ao longo da vida levam a que as ligações que vão estabelecendo no contexto de “rua” possam ser caracterizadas por alguma fragilidade, limitando a interação com a comunidade e conduzindo a situações de isolamento (Roche, 2015). É precisamente o isolamento destas pessoas que as associa a uma invisibilidade dentro do espaço social (Fernandes, 2006), que apenas contribui mais para a permanência ou mesmo agravamento da situação de risco em que se encontram. No caso das pessoas em situação de sem-abrigo, existem múltiplas situações de risco que terão levado e que caracterizam a condição atual, sendo também importante compreender quais as características das pessoas e dos seus contextos que podem favorecer um melhor ajustamento face ao mesmo, ajudando a alcançar alguns dos objetivos de desenvolvimento sustentável, mais concretamente, tentando erradicar todo e qualquer tipo de pobreza, combatendo ou procurando reduzir as desigualdades e fortalecendo a paz e a justiça para todos (Damiani et al., 2024).

Fatores de proteção nas pessoas em situação de sem-abrigo: o papel do apoio comunitário

Os fatores de proteção são recursos internos e/ou externos que contribuem para diminuir os efeitos negativos dos fatores de risco (Coimbra & Fontaine, 2015) e promover o seu ajustamento. Os fatores de proteção permitem, por conseguinte, predizer possíveis

mudanças positivas ou uma adaptação positiva em situações de risco (Pereira, 2009). Uma das suas principais funções poderá passar, desta forma, por favorecerem o desenvolvimento humano (Grünspun, 2002), ao proporcionarem ferramentas à pessoa que, podendo não resultar na superação total da adversidade, a ajudem a lidar com essa mesma adversidade e lhe permitam viver uma vida mais gratificante.

Embora sejam tendencialmente percebidos como fatores ao nível individual, existem também ao nível social e das interações (Schwarz, 2018). De facto, no caso específico das pessoas em situação de sem-abrigo, o apoio social e as redes de suporte estabelecidas têm bastante importância na construção da sua resiliência. Num estudo de Roche (2015) com adultos em situação de sem-abrigo, todos/as os/as participantes identificaram a existência de relações de vinculação positivas em algum momento que, por mais curtas que pudessem ter sido, tinham tido um impacto suficientemente significativo para não caírem no esquecimento e assumirem um papel de suporte dentro da adversidade vivida. Também neste sentido, Bender e os seus colaboradores (2007) analisaram a adaptação de indivíduos em idade adulta que se encontravam em situação de sem-abrigo a ambientes adversos, concluindo que a escolha das redes de pares nas quais se inseriam e as relações sociais que estabeleciam constituíam pontos fulcrais no desenvolvimento de fatores de proteção externos no processo de adaptação. As interações com outras pessoas em situação de sem-abrigo resultam num apoio recíproco e entendimento mútuo (Quintas, 2010), que dificilmente é encontrado junto de membros de outros grupos da comunidade.

Como referido anteriormente, a interação com pares que se encontrem em situações semelhantes acaba por fornecer apoio emocional inigualável, em particular atendendo a que se trata de um grupo de pessoas que vive uma situação idiossincrática e que é comumente alvo de discriminação e estigma por parte da sociedade em geral. As relações mútuas de confiança que vão estabelecendo e as experiências que vivem em conjunto contribuem para se sentirem protegidos (Kidd & Davidson, 2007). Pode mesmo afirmar-se que, aos poucos, as interações sociais complexas que mantêm acabam por dar origem a uma comunidade em certa medida coesa no que diz respeito à interajuda e ao apoio dado (e recebido) a diferentes níveis. Esta rede social estabelecida num momento de adversidade torna-se uma parte importante da vida de pessoas em situação de sem-abrigo, e é constituída por relações fortes que procuram manter no seu quotidiano e

também no futuro, visto que despertam em si sentimentos positivos (Matulič-Domadzič et al., 2020).

Contudo, o quotidiano das pessoas em situação de sem-abrigo é pautado não só pelo relacionamento com pares, mas também com profissionais e voluntários/as (Fernandes, 2006), no contexto de rua e nas próprias instituições e serviços sociais. A perceção de ajuda, quer por parte de pares com características semelhantes, quer por parte de pessoas envolvidas em instituições de apoio pertencentes à comunidade, a própria situação adversa, neste caso, a situação de sem-abrigo, pode ser percebida como menos ameaçadora (Salanova, 2022), podendo, assim, aumentar a resiliência.

Segundo o Observatório Europeu sobre as Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (2018), os serviços disponíveis no contexto europeu para pessoas em situação de sem-abrigo podem ser categorizados de acordo com diferentes dimensões: por um lado, distinguem-se os serviços cujo foco é procurar encontrar habitação para quem se encontra em situação de sem-abrigo dos serviços de apoio e assistência a pessoas em condições vulneráveis como forma de preparação para um futuro alojamento e vida independente. Paralelamente, é feita também uma distinção entre serviços que proporcionam um apoio mais reduzido e pontual, daqueles que proporcionam um nível de apoio maior e mais sistémico.

Efetivamente, os serviços de apoio, ou serviços não residenciais, podem atuar para responder às necessidades básicas dos indivíduos, como de alimentação, saúde, roupa ou formação com vista à empregabilidade, como podem ter objetivos mais amplos que passem pela integração social e desenvolvimento pessoal (Pleace et al., 2018). O bom funcionamento de instituições que pretendem melhorar as condições de vida de pessoas em situação de sem-abrigo deve incluir não só a formação e o desenvolvimento de competências, quer sejam competências profissionais ou sociais, mas também um acompanhamento psicossocial e a garantia de apoio psicológico sempre que necessário.

A sua qualidade e impacto na vida das pessoas em situação de sem-abrigo está, na maioria das vezes, interligada com a eficácia das estratégias utilizadas em cada serviço e com as equipas responsáveis pela sua implementação. Assim, do mesmo modo que a relação com a rede de pares parece constituir, em muitos casos, um “porto seguro” dentro da adversidade, também as relações que desenvolvem com os membros da equipa vão trazer benefícios para a vida das pessoas em situação de sem-abrigo.

Num estudo de Matulič-Domadzič e colaboradores (2020), pessoas em situação de sem-abrigo relataram a importância de profissionais como psicólogos/as, assistentes sociais e médicos/as, bem como de voluntários/as, na superação da sua condição de vulnerabilidade: para além da equipa profissional multidisciplinar ter desempenhado um papel fulcral de ajuda em cada caso específico, os/as voluntários/as representavam uma fonte de apoio para a satisfação das necessidades básicas e, ao mesmo tempo, representavam alguém percebido como estando disponível para ouvir e dar apoio emocional em todos os momentos. É importante salientar o papel da experiência profissional e relacional destes/as profissionais e o modo como influenciam a sua prática profissional, uma vez que contribuem para a melhor compreensão de situações de vulnerabilidade (Costa & Coimbra, 2024) e, como consequência, espera-se que resultem em abordagens que beneficiem os/as utentes com quem trabalham ao promover o seu bem-estar e contribuir para o aumento da sua resiliência. As relações estabelecidas com os/as voluntários/as acabam por ser, frequentemente, consideradas relações de amizade e de confiança (Teixeira, 2011), e tornam-se, por isso mesmo, uma mais valia, um importante mecanismo de proteção que promove o desenvolvimento da resiliência das pessoas em situação de sem-abrigo.

Dentro da complexidade da intervenção junto das pessoas em situação de sem-abrigo, é possível distinguir, assim, uma variedade de serviços de apoio que se estende desde as equipas multidisciplinares de rua e de prestação de cuidados de saúde básicos, até oficinas ou workshops ocupacionais e de capacitação social ou profissional, e ainda um leque de serviços centrados na habitação (Pleace et al., 2018). Pessoas em situação de sem-abrigo que recorrem a estes serviços aparentam conhecer bem o seu funcionamento e usam este tipo de instrumento como forma de dar uma resposta imediata e eficaz às suas necessidades básicas (Fernandes, 2006). Parece existir uma satisfação geral com as relações estabelecidas com os elementos pertencentes aos serviços, bem como com os pares com quem se vão relacionando no quotidiano dentro do contexto das instituições, onde acabam por desenvolver um sentimento de “identidade coletiva” (Viegas, 2013). A solidariedade experienciada dentro das instituições conduz ao reforço da rede social e, como consequência, acabam por surgir relações de amizade e de estima com as fontes de apoio (Matulič-Domadzič et al., 2020), sejam estas os restantes pares ou os/as próprios/as profissionais ou voluntários/as.

É notória a importância dos serviços disponíveis ao nível do apoio multidisciplinar comunitário que permitem às pessoas em situação de sem-abrigo a satisfação das suas necessidades mais básicas e materiais quotidianas, mas também das suas necessidades não materiais e simbólicas, relacionadas com a socialização e com a participação comunitária (Quintas, 2010). Estabelecer e manter relações positivas, e desempenhar um papel ativo dentro da comunidade a que pertencem parecem ser uns dos principais objetivos das pessoas em situação de sem-abrigo que recorrem às instituições e, quando estas correspondem às suas expectativas, o resultado reflete-se no aumento da sua realização pessoal e social, que contribuem para a sua maior resiliência.

Método

Objetivo e desenho de investigação

O presente estudo tem como objetivo compreender o modo como o apoio disponível no contexto das instituições e na comunidade é percebido como fator de proteção por parte das pessoas em situação de sem-abrigo, podendo ser promotor da sua resiliência face às situações de adversidade.

Sendo este um estudo de natureza exploratória, optou-se por uma investigação de carácter qualitativo.

Participantes

Os/as participantes do presente estudo foram pessoas que tinham vivido recentemente ou que se encontravam a viver em situação de sem-abrigo no momento da investigação.

Na tabela de caracterização encontram-se sintetizadas algumas características desta amostra.

Tabela 1 – Tabela de caracterização da amostra

Participante	Género	Idade	Situação de habitabilidade
--------------	--------	-------	----------------------------

P1	masculino	55 anos	a morar num quarto
P2	masculino	51 anos	a morar num quarto
P3	masculino	54 anos	situação de sem-abrigo
P4	masculino	31 anos	abrigo
P5	feminino	53 anos	a morar num quarto
P6	masculino	52 anos	situação de sem-abrigo

Os/as participantes têm idades compreendidas entre os 31 e os 55 anos, e cinco dos participantes identificam-se como do género masculino e uma participante como do género feminino. No que diz respeito à situação de habitabilidade, três dos participantes encontram-se a morar num quarto, dois participantes vivem, atualmente, em situação de sem-abrigo, e o restante participante vive num abrigo.

Instrumento

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, cujo guião se encontra disponível em anexo (Anexo A), iniciando com um conjunto de questões para a caracterização demográfica, às quais se seguem questões abertas relacionadas com as experiências de vida de pessoas em situação de sem-abrigo, e mais especificamente com as suas experiências ao recorrerem a instituições de apoio comunitário. Este conjunto de perguntas foi, em cada caso, adaptado ao perfil da pessoa entrevistada, mantendo o foco no objetivo do estudo e no bem-estar de cada participante.

A entrevista semiestruturada é uma técnica recorrentemente utilizada na investigação qualitativa, e permite ter uma maior flexibilidade (Batista et al., 2017), por exemplo, para intervir ao longo das entrevistas, de maneira a esclarecer ou redirecionar as questões. Além disso, contribui para dar liberdade aos/às participantes de explorar as questões colocadas indo de encontro com o seu ponto de vista pessoal, possibilitando a exploração de visões divergentes sobre a mesma problemática (Braun & Clarke, 2013). Estes pequenos ajustes contribuem para que a narrativa das pessoas entrevistadas possua um

caráter mais espontâneo, e facilitam a compreensão da subjetividade das respostas de cada um (Batista et al., 2017).

Procedimentos de Recolha e Análise de Dados

As pessoas participantes frequentavam todas uma instituição de apoio comunitário dirigida a pessoas em situação de sem-abrigo, tendo sido convidadas a participar nas visitas que fizeram a essa instituição.

Trata-se de uma amostragem não-probabilística, por conveniência e intencional.

As entrevistas foram realizadas presencialmente entre outubro e novembro de 2024. O conteúdo das entrevistas foi gravado em formato áudio e, posteriormente, transcrito na íntegra. Foi recolhido o consentimento informado dos/as participantes (Anexo B), no qual foram descritos os objetivos do estudo e garantida a participação voluntária e anónima, bem como a confidencialidade dos dados recolhidos. A investigadora integrava a equipa de pessoas voluntárias dessa instituição, pelo que existiu uma preocupação adicional neste momento para garantir a autodeterminação dos/as participantes. Estas preocupações estão plasmadas no projeto submetido e aprovado pela Comissão de Ética da FPCEUP (Anexo C).

Numa fase inicial, as entrevistas foram transcritas na íntegra e realizou-se uma primeira leitura flutuante para garantir maior familiarização com a informação recolhida. A análise dos dados recolhidos foi realizada tendo por base a análise de conteúdo sugerida por Bardin (2009), nomeadamente, através de uma análise categorial baseada na inferência. As transcrições das entrevistas foram individualmente analisadas ao pormenor tendo, posteriormente, sido identificados indicadores que permitiram a categorização da informação recolhida em temas pertinentes para a investigação. Para a análise de conteúdo das respostas foi adotada uma abordagem indutiva, ou seja, os temas centrais das categorias surgiram como resultado do conteúdo inerente às entrevistas (Bardin, 2009).

Apresentação e Discussão de Resultados

A partir da análise de conteúdo das entrevistas, foi possível identificar cinco categorias: os fatores de risco que conduziram à situação de sem-abrigo, as experiências com instituições de apoio comunitário, as experiências com as equipas que atuam nas instituições de apoio comunitário, as experiências com a rede de pares e com a comunidade, e as perspetivas de mudança. Estas categorias e as respetivas subcategorias serão descritas e ilustradas de seguida.

Fatores de risco que conduziram à situação de sem-abrigo

As respostas obtidas junto das pessoas em situação de sem-abrigo permitiram identificar diferentes experiências de vida pautadas pela adversidade, em particular, as relações familiares, abuso de substâncias e ser vítima de fraude. Deste modo, tal como em estudos anteriores (Fernandes, 2006; Quintas, 2010), foi possível compreender que a instabilidade ou adversidade das relações familiares é a causa mais citada como estando na origem do processo que culmina com a situação de sem-abrigo.

“Por causa de certas situações, certas coisas que fiz e tudo, todos os laços com a família também foram desvanecendo (...) neste momento que não tenho qualquer contacto com nenhum familiar.” (P4)

“A parte de sem-abrigo vem culminar com o meu divórcio” (P2)

Ainda de acordo com resultados anteriores (Roche, 2015; Schütz, 2016), esta instabilidade ou adversidade está, muitas vezes, relacionada com outros fatores de risco, como é o caso do consumo ou abuso de álcool e/ou de substâncias.

“nos meus 50 anos até agora a vida começou a ir para trás, comecei-me a meter no álcool e na droga” (P3)

“metade da minha vida estraguei eu próprio, com drogas, álcool, que não é bom para nós.” (P6)

Embora menos comum, a vitimização por fraude foi, também, uma causa mencionada por um dos participantes do presente estudo.

“investi dinheiro, a contar que iam retribuir esse mesmo dinheiro, (...) nunca mais me entrou no banco, e fiquei com uma situação muito precária.” (P1)

Experiências com instituições de apoio comunitário

As respostas dos/as participantes acerca das experiências que têm com as instituições de apoio comunitário existentes dirigidas a pessoas em situação de sem-abrigo reflete a complexidade desses serviços disponíveis para esta população, que abrangem diferentes áreas das suas vidas com objetivos distintos. Busch-Geertsema e colaboradores (2010) realçaram a importância da existência de serviços que garantam as necessidades básicas de pessoas em situação de sem-abrigo, mas, também, de apoio individualizado e de serviços com foco na educação e na formação desta população.

A maioria dos/as participantes reporta que as instituições ajudam na satisfação das suas necessidades básicas como, por exemplo, na alimentação ou na higiene.

“Depois é os apoios de, tenho uma casa agora não é, tenho comida, roupa lavada e não estou na rua.” (P4)

“Eu vou à SAOM [Serviços de Assistência Organizações de Maria], como lá, tomo um duche, é isso.” (P6)

O objetivo por parte das instituições de trabalhar junto de cada utente como uma intervenção mais específica, reflete-se no conjunto de respostas diversas que foram dadas pelos/as participantes. Quatro áreas se destacaram: apoio jurídico (*“lá [AMI] têm apoiado com tudo, seja judicial – eu tenho um assunto, não é nada de grave, mas um assunto pendente, está a ser resolvido”* - P4), apoio emocional (*“Eu gosto de lidar com as pessoas diretamente, costumo brincar. Ganhei muitas amizades (...) como na revista da CAIS.”* - P1), realização pessoal (*“mas quando vendo a revista [CAIS] eu sinto-me realizado, sinto que estou a contribuir para um bem social”* – P2), e aprendizagem (*“Há algumas coisas como o Inglês (...) como a escrita criativa também. Quer dizer, eu acabo por vir aqui mais também para me distrair e aprender coisas novas.”* – P1).

A existência de instituições como a SAOM, a AMI [Assistência Médica Internacional] e a Associação CAIS é essencial para que as pessoas em situação de sem-abrigo tenham asseguradas as suas necessidades básicas, mas também para a construção de alicerces para melhorar a sua condição e qualidade de vida, caminhando no sentido de uma situação menos precária ou mesmo que permita sair da situação de sem-abrigo. Considerando que estas instituições fazem parte da rede de respostas coordenada pelo NPISA Porto, podemos inferir que o trabalho que tem vindo a ser feito ao nível da intervenção com pessoas em situação de sem-abrigo parece, em parte, apresentar resultados positivos no caso das pessoas que participaram neste estudo.

Experiências com as equipas que atuam nas instituições

Quando recorrem a instituições de apoio comunitário, as pessoas em situação de sem-abrigo possuem experiências diferentes no seu relacionamento com os membros das equipas de trabalho. Em linha com investigações anteriores (Fernandes, 2006; Viegas, 2013), parece existir uma satisfação geral com as relações estabelecidas com os/as profissionais, embora existam também alguns aspetos menos positivos a apontar. Analogamente, o relacionamento com os/as voluntários/as parece pautar-se pela interação positiva, compreensão e apoio (Matulič-Domadzič et al. 2020).

As experiências no relacionamento com as equipas que atuam nas instituições dividem-se, assim, em três subcategorias: os fatores de proteção no contacto com profissionais, as experiências com voluntários/as e a insatisfação com a postura de profissionais.

Fatores de proteção no contacto com profissionais

Embora tenham descrito situações específicas ao seu contexto foi possível identificar no discurso da generalidade dos/as entrevistados/as o modo como os/as profissionais das instituições de apoio comunitário contribuem para o seu ajustamento apesar da adversidade, aumentando a sua resiliência (Coimbra & Fontaine, 2015). Estas situações podem ser agrupadas, de uma forma geral, em duas áreas. Por um lado, o aconselhamento providenciado, quando são oferecidas em perspetivas alternativas que podem constituir-se como opções de melhoria das condições de vida.

“Assim, o mais relevante mesmo foi estes últimos 6 meses, que eu desde que estou no abrigo na AMI já tive muitas coisas a serem resolvidas, comecei o RVCC [Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências Profissionais], vim aqui para a CAIS, estou a fazer formação, estou assim um bocadinho a passo lento a resolver a questão da empregabilidade” (P4)

Por outro lado, conforme o reportado pela grande maioria dos/as entrevistados/as, há os momentos de crise em que os/as profissionais das instituições foram uma importante fonte de apoio no processo de superação da adversidade.

“Sempre tive boa relação com os funcionários, eu gostava muito da doutora, era impecável, ajudava-me em tudo; mas também quando tinha que me dizer que não, dizia que não.” (P2)

“E quando foi isso [situação de sem-abrigo] foi aqui que eu pedi ajuda [às doutoras] que elas também repararam na altura, e prestaram-se logo e foram incansáveis comigo. Sou-te honesta, (...) foram elas as duas que me tiraram da rua.” (P5)

Em todos os relatos são feitas referências a momentos onde o trabalho dos/as profissionais teve um impacto real e positivo na condição das pessoas em situação de sem-abrigo, fornecendo uma base para o desenvolvimento da pessoa em áreas distintas da sua vida (Grünspun, 2002). A empatia dos/as profissionais parece desempenhar um papel importante nos momentos de crise, contribuindo para a compreensão da situação das pessoas (Costa & Coimbra, 2024) e para o seu comprometimento com a procura de respostas adequadas para cada um/a.

Experiências com voluntários

Também dentro das experiências com as equipas que atuam nas instituições de apoio comunitário encontra-se a relação que as pessoas em situação de sem-abrigo estabelecem com os/as voluntários/as. Em linha com estudos anteriores (Matulič-Domadzič et. al, 2020; Teixeira, 2011) esta relação é descrita pelos/as entrevistados, acima de tudo, como uma das principais fontes de apoio emocional e mesmo de amizade.

“Amizades, simplesmente amizade. Damo-nos bem uns com os outros. Tanto com voluntários e tudo.” (P1)

“Vou-me virar para ti e digo-te: [os/as voluntários/as] são os que ajudam. E deixam-nos saudades. (...) São eles que, muitas vezes, têm uma resposta que a gente está à espera, mas a gente quando apanha aquela resposta, ouve, mas calamos.” (P5)

Ambos os discursos aludem a como as relações positivas com voluntários/as promovem e sustentam um maior ajustamento na situação de sem-abrigo.

Insatisfação com a postura de profissionais

Embora as interações com as equipas de profissionais e voluntários/as sejam, na sua maioria, de carácter positivo, uma das pessoas entrevistadas relatou momentos que a marcaram pela negativa e a condicionaram dentro do contexto de uma instituição de apoio comunitário.

“O tempo que tu vais para uma instituição, quando eles veem que tu tens interesse em queres um trabalho, teres o teu canto, a tua paz, eles deviam de lutar por essas pessoas, e não deitá-las para baixo nem sequer falar de nada do passado. (...) Se tu fores parar com os teus pés dentro de uma instituição, deixas de ter vida.” (P5)

Embora menos frequente, esta percepção negativa por parte das pessoas em situação de sem-abrigo sobre a maneira como lhes são prestados os serviços pelos/as profissionais nas instituições de apoio social também surge na literatura (Voronka et al., 2014). Em alguns casos, estas pessoas identificam uma atitude de julgamento e de excessiva regulação por parte dos/as profissionais, que condiciona não só as relações entre utentes e profissionais, mas também a sua capacidade de reintegrar a comunidade. O discurso desta participante parece ir ao encontro da ideia destes autores de que pode existir uma incoerência entre o que percecionam como necessário na situação em que vivem e as possibilidades que os/as profissionais lhes apresentam.

Experiências com a rede de pares e com a comunidade

As relações entre as pessoas em situação de sem-abrigo e os restantes membros da sua rede de pares e/ou da comunidade constituem uma base importante para que estas pessoas tenham as condições necessárias ao ajustamento à situação de adversidade em que se encontram (Bender et.al, 2007). Foi possível distinguir as experiências das pessoas em situação de sem-abrigo com a rede de pares e a comunidade a que pertencem em duas subcategorias: os fatores de proteção na interação com a rede de pares e a indiferença.

Fatores de proteção na interação com a rede de pares

Os/as entrevistados/as, na sua totalidade, descreveram situações nas quais a interação com outras pessoas da rede de pares teve um impacto positivo na forma como lidaram com a situação de sem-abrigo, contribuindo, assim, para a sua resiliência. Esta perspetiva é, de acordo com Roche (2015), o reflexo de que as ligações que formam com as restantes pessoas, independentemente da duração, deixam uma marca suficientemente significativa para se tornarem bases de suporte face à adversidade.

As respostas recolhidas permitem diferenciar as experiências dos/as entrevistados com a rede de pares em duas grandes áreas: o que os/as une e o que os/as diferencia.

Em primeiro lugar, verificou-se que foi dado um enfoque ao entendimento mútuo e a aceitação da diversidade de características e opiniões entre pessoas que vivem em situação de sem-abrigo.

“[os sem-abrigo] estão a ser um bocado marginalizados, é o que sinto porque cada vez se vê mais pessoas a dormir na rua. (...) há quem prefira dormir na rua, eu compreendo porque também já fiz o mesmo por isso eu não sou ninguém para apontar o dedo, não crítico ninguém, não julgo ninguém.” (P2)

Kidd & Davidson (2007) indicam que estas relações mútuas contribuem para o sentimento de proteção, mesmo estando a viver em situação de sem-abrigo. Em concordância com estudos anteriores (Roche, 2015; Quintas, 2010), as interações entre pessoas em situação de sem-abrigo com pares, quando positivas, parecem culminar numa

relação de apoio recíproco inigualável, pelo facto de estarem a passar por uma experiência única que os/as une.

Contudo, apesar do carácter único e excecional desta experiência, também é verdade que as pessoas em situação de sem abrigo não são um grupo homogéneo, e há que respeitar e saber lidar com a diferença.

“Somos todos diferentes, (...) temos diferentes faixas etárias, diferentes estilos de vida, diferentes visões, às vezes é complicado, mas uma pessoa não se pode meter naqueles barulhinhos que existem (...) Geralmente [a relação] é boa, dou-me bem com toda a gente.”
(P4)

“É basicamente o que elas [AMI] dizem “vocês só têm que se respeitar uns aos outros, aqui, toda a gente, não precisam de ser amigos, porque nós compreendemos que vocês são todos diferentes uns dos outros, não é possível vocês agradarem-se uns aos outros todos, é muito complicado, mas tentem respeitarem-se ao menos”. ” (P4)

Mesmo que existam momentos de discórdia, ou surjam pessoas com estilos de vida diferentes dos seus, o respeito parece ser uma ferramenta que contribui para se relacionarem positivamente. A adaptação não só à situação de sem-abrigo, mas, também às pessoas que pertencem à mesma comunidade, torna-se essencial uma vez que estas relações sociais representam um ponto de partida para a sua adaptação e ajustamento à condição em que vivem (Bender et al., 2007).

Perspetivas de mudança

Como é possível perceber, analisando o que foi referido anteriormente, a situação de sem-abrigo é pautada pela complexidade e é experienciada de diferentes formas pelas diferentes pessoas. Os/as profissionais, voluntários/as e outros membros da comunidade podem ser importantes fatores de proteção que aumentem a probabilidade de um maior ajustamento na situação de sem-abrigo (Pereira, 2009), mas serão precisas mudanças mais consistentes e potencialmente mais estruturais das suas condições de vida para que a situação de sem-abrigo faça parte do passado. Os/as entrevistados/as descreveram um

conjunto de mudanças que identificam como necessárias, podendo ser distinguidas quatro subcategorias: condição atual de habitabilidade, falhas nas respostas sociais e políticas públicas, reflexão sobre viver em condição de sem-abrigo e atitudes da comunidade para com as pessoas em situação de sem-abrigo.

Condição atual de habitabilidade

É sempre importante que exista o reconhecimento, por parte destas pessoas, de como se sentem em relação à sua condição de habitabilidade e de quais os passos que idealizam para o seu futuro. Foi possível identificar entrevistados/as em duas condições distintas: por um lado, participantes que parecem pautar-se pela continuidade da sua condição de vida atual, refletindo dificuldades acrescidas em conseguir abandonar a situação de sem-abrigo.

“Quero ver se consigo recuperar, a minha saúde está fraca. (...) se passa tudo, para ter o meu trabalhinho e um quartinho. Estar no albergue não é fácil (...) Não consigo estar no mesmo sítio muito tempo, percebe?” (P3)

Contrastando com esta perspetiva, outros/as participantes descrevem planos de mudança que estão a implementar ou pretendem implementar relativamente à sua trajetória de vida.

“Sou-lhe sincero (...) queria fazer um stop. Estou a trabalhar num restaurante, (...) O dono deu-me uma oportunidade: sabendo ele que eu sou consumidor, sabendo ele a minha vida. (...) Eu tenho-me agarrado, tenho feito o meu melhor.” (P2)

“Tenho a minha vida minimamente encaminhada, estou a fazer por mudar muitas coisas, certos hábitos, estou a investir no meu futuro, estou focado nisso. Também não era possível sem o apoio que estou a ter neste momento.” (P4)

Estas diferenças quanto à situação de habitabilidade estão alinhadas com a visão de Grünspon (2002), que apresenta fatores de proteção como instrumentos que promovem o desenvolvimento humano, mas podem não culminar na superação total da adversidade. De facto, embora todos os/as entrevistados/as sejam pessoas que recorrem a instituições de apoio comunitário direcionadas a pessoas em situação de sem-abrigo, todos/as eles/as

têm diferentes histórias e projetos de vida, assim como recursos internos e externos, que podem culminar ou não numa mudança mais ou menos tardia da situação de sem-abrigo em que se encontram.

Falhas nas respostas sociais e políticas públicas

Considerando que, como referido anteriormente, o município do Porto possui um vasto conjunto de serviços disponíveis para as pessoas em situação de sem-abrigo, as experiências que vão tendo permitem-lhes, também, identificar um conjunto de falhas ao nível da resposta social e das políticas públicas que têm impacto no processo de intervenção junto desta população. Os/as entrevistados/as mencionaram lacunas, designadamente, em três áreas diferentes: na habitação (*“Há uma ganância de dinheiro muito grande, há casas que alugavam quartos aos sem-abrigo e agora são hostels para o turista, porque ganham mais dinheiro do que dar ao sem-abrigo.”* - P2), nas “falsas promessas” de resposta (*“Ajudar mais estas pessoas porque também não é só chegar ali e dizer as coisas, (...) promessas, e depois aquela pessoa fica com aquela expectativa que vai ser ajudada e nunca mais aparece.”* – P1), e na necessidade de individualização da resposta social a cada caso (*“Lá no abrigo eles fazem, por acaso, até um bom trabalho, (...) Mas, o problema é que, às vezes, seguem tipo um guião (...) há pessoas que precisam de mais ajuda do que outras, há pessoas que têm mais capacidades e outras que têm menos e, às vezes, dá a sensação que são tratados tipo como números.”* – P4).

As falhas descritas estão alinhadas com as identificadas por Ricardo (2017), que aborda as perceções que pessoas em situação de sem-abrigo têm acerca dos sistemas de proteção social, responsabilizando o Estado pela sua situação de sem-abrigo devido a não ter cumprido com as suas obrigações sociais. Para além disso, em concordância com o que foi observado no estudo de Voronka e colaboradores (2014), existe uma discrepância entre o que as pessoas em situação de sem-abrigo veem como necessário e essencial e a resposta social que, efetivamente, têm à disposição.

Para além destas lacunas que os/as entrevistados/as descrevem nas respostas sociais, parece persistir a inexistência de uma perspetiva de género nas políticas públicas relacionadas com respostas para a situação de sem-abrigo. A participante de sexo feminino descreve situações nas quais as mulheres são duplamente estigmatizadas pelo

facto de se encontrarem em situação de sem-abrigo e por serem mulheres, em relação tanto a respostas de alojamento como de satisfação de necessidades básicas.

“Estou a partilhar uma divisão que é só com homens, eu sou a única mulher e então frequento a casa de banho que é dos homens, infeções estás a ver. É que nem isso o Estado tem preparado. O Estado tem tanta coisa fechada que não faz nada. Incomoda-me.” (P5)

“Vem aqui, dão-lhe roupa, despe-se aqui à frente. Então, é uma mulher, tinham uma pessoa com ela, por mais mal que cheirasse. Ali para lavar-se, e vestiam-na. (...) Porque isto é uma associação para sem-abrigos. Ela está no sítio indicado.” (P5)

Dentro da população em situação de sem-abrigo, as mulheres descrevem, frequentemente, desafios adicionais em comparação com o género masculino no acesso aos serviços e nas atitudes dos/as profissionais. A influência do fator género no relacionamento entre os/as profissionais e os/as utentes das instituições parece, em certos casos, agravar a estigmatização da mulher em situação de sem-abrigo. O facto de as respostas sociais serem pensadas em função do perfil mais comum da pessoa em situação de sem-abrigo, tipicamente do sexo masculino, reflete a necessidade crescente de existir uma gestão de casos, com o objetivo de garantir às mulheres em situação de sem-abrigo o acesso e o bom funcionamento dos serviços disponíveis (Galán-Sanantonio & Botija, 2024).

Reflexão sobre viver em situação de sem-abrigo

Todos/as os/as participantes tinham experiência atual ou recente de situação de sem-abrigo, o que os/as torna informadores/as privilegiados/as acerca do que significa viver nesta situação. De facto, a familiaridade com a situação de sem-abrigo e inerentes desafios parece refletir-se na empatia presente nalguns discursos.

“Há uns que se safam melhor do que outros, mesmo estando na rua sabem onde podem procurar ajuda. (...) Infelizmente, temos muitas pessoas que já estão na rua há alguns anos e parece que já se habituaram àquilo; se calhar, se fossem para uma casa, já nem sabia sequer morar.” (P4)

Numa outra perspectiva, os/as participantes também são críticos/as em relação a alguns membros da comunidade e a algumas regras implícitas ou explícitas que não são seguidas ou respeitadas tanto nas instituições, como na rua.

“Todos querem um canto. (...) Só que ninguém quer horários. Nem regras. Porque tu já vives com regras, como sem-abrigo. Muita gente pensa que não. Tens a liberdade – podes ir ali, podes ir acolá, podes ir à hora que tu quiseses -, mas tens horários.” (P5)

“Há sempre, não é bem rivalidades, mas sem-abrigos, por exemplo, que arranjam um sítio e depois vão lá outros e, supostamente, aquele sítio era deles. Dá problemas isso, é uma coisa que eles parece que é um código que têm entre eles, ninguém pode ocupar um espaço que já esteja a ser ocupado.” (P4)

O quotidiano das pessoas em situação de sem-abrigo é regulado por horários e rotinas que se alinham apenas com as suas necessidades de sobrevivência pessoal (Fernandes, 2006). A imposição de regras parece refletir uma tentativa de garantir o bom funcionamento das dinâmicas sociais, dentro e fora da população em situação de sem-abrigo, e ser também descrita por algumas das pessoas participantes como condição mínima para poder usufruir de direitos e viver em comunidade.

Atitudes da comunidade para com as pessoas em situação de sem-abrigo

A maioria dos/as entrevistados/as parece assumir uma posição crítica relativamente às atitudes da comunidade em relação à população em situação de sem-abrigo. Conjugando as experiências individuais vividas em situação de sem-abrigo com as interações que observam no quotidiano, as suas perspetivas convergem na descrição de atitudes onde prevalecem sentimentos de vergonha e de desprezo direcionados a quem vive nesta condição.

“E não criticar tanto. Se em vez de criticarem, ajudassem. Era um passo em frente. (...) Muita gente tem vergonha de dar um abraço a essas pessoas, eu dou com muito gosto um abraço a essas pessoas. (...) são coisas da vida, eu também passei por isso e sei o que custa.” (P1)

“O que eu não gosto, como é que hei de explicar. Pessoas bem vestidas. Com bons carros. Que têm dinheiro, que se vê. Esses podiam fazer mais. Mais para os sem-abrigo, não é só para mim, para todos. E não fazem. A minha experiência, olham para o lado. Um

pobre que vai a passar “Olha, pega lá um eurito para ires beber um café.”. E devia ser ao contrário, para mim.” (P6)

“Olhe, não dizem nada, passam, vão à vida deles.” (P3)

“Não quero saber. Não me diz respeito. Não me interessa a opinião deles. Interessa-me a minha. E ir em frente. Porque eu passei por elas, eles não.” (P5)

Estes testemunhos descrevem a pessoa em situação de sem-abrigo como alguém invisível, como uma pessoa com quem não há interesse em se relacionar. Este fenómeno é o resultado das representações sociais que existem associadas a pessoas em situação de sem-abrigo que são, tendencialmente, baseadas no senso comum, e caracterizam esta população como descartável e unidimensional. As representações sociais surgem interligadas com o pensamento social coletivo (Höijer, 2011), o que implica uma urgente procura de desmistificar o que é viver em situação de sem-abrigo, com o objetivo de combater a discriminação baseada no senso comum e dar a oportunidade à população em situação de sem-abrigo para se integrar na sociedade.

“Eu próprio senti na pele, quando estive na situação de sem-abrigo, somos um bocado postos de parte, mesmo por aquele estigma ainda muito...a aparência e tudo, (...) às vezes a entrar em alguns sítios ou assim são logo, pensam logo que é para outras coisas ou dá mau aspeto, há sítios que não deixam sequer entrar sem-abrigos.” (P4)

Este último discurso parece ir ao encontro da perspetiva de Fernandes (2006): as pessoas em situação de sem-abrigo vivem num constante isolamento que as condena à invisibilidade social. Os/as entrevistados/as descreveram sentir uma certa indiferença em relação à sua condição de vida, aludindo passar despercebidos/as, vivendo na “sombra”. De facto, embora exista uma preocupação crescente com as pessoas em situação de sem-abrigo na sociedade, as atitudes descritas pelos/as entrevistados/as reforçam a ideia de que, muitas vezes, as pessoas em situação de sem-abrigo não são vistas como seres humanos “verdadeiros” e, como consequência, podem ser frequentemente menosprezadas (Johnstone et al., 2015) e excluídas socialmente. A perpetuação de atitudes de segregação por parte da comunidade para com esta população pode ser entendida como um fator de

risco adicional, no sentido em que contribui para a continuidade da situação de sem-abrigo.

Contudo, também surge, ainda que com menos expressão, uma visão positiva do modo como a comunidade em geral interage com as pessoas em situação de sem-abrigo.

“Da cidade do Porto, eu gosto muito e gosto muito das nossas pessoas, senão não estava aqui. E a maior parte é muito simpática, ajuda muito. Eu estou a dormir na rua - há muitas pessoas que não olham só para o lado.” (P6)

Considerações Finais

O presente estudo explora a forma como as pessoas em situação de sem-abrigo percebem o apoio recebido, no contexto das instituições de apoio comunitário, como sendo um fator de proteção, podendo ser promotor de resiliência face às situações de adversidade com que se deparam. Tendo presente que a investigação sobre o fenómeno da situação de sem-abrigo tem privilegiado o estudo de fatores de risco e causas desta condição, enfatizar os fatores de proteção que atuam no quotidiano desta população contribui para o preenchimento de uma lacuna existente na investigação sobre esta temática e, deste modo, pode também oferecer algumas pistas para a intervenção, ao permitir sinalizar o que na perspetiva das pessoas beneficiárias mais as ajudou na sua gestão de vida quotidiana e nos seus projetos ou mesmo redirecionamento de vida.

As pessoas entrevistadas possuem experiências de vida e características bastante diferentes que culminaram na situação de sem-abrigo. Em comum, foi possível compreender, à semelhança de outros estudos anteriores, o modo como a adversidade das relações familiares e/ou abuso de substâncias tende a ser a causa à qual é atribuída a trajetória que leva até essa situação. Apesar de poderem existir pontos de partida semelhantes, a diversidade de características e trajetórias é perceptível nas narrativas e pelas próprias pessoas participantes. Deste modo, facilmente se compreende que as instituições de apoio comunitário são procuradas não só na procura de satisfazer as suas necessidades básicas, como a alimentação e a higiene, mas também para obter apoios específicos e individualizados. No contexto das instituições, a maioria dos/as

participantes descreve as relações com as equipas que nelas desempenham funções como positivas. Pode-se, deste modo, depreender que o apoio mais e menos instrumental e o aconselhamento, tanto por parte tanto de profissionais como de voluntários/as, surgem como fatores de proteção face à situação de sem-abrigo, contribuindo para a sua resiliência. Embora menos comum, é também de salientar que uma das pessoas entrevistadas relatou insatisfação com interações com profissionais de instituições de apoio comunitário, descritas como pautadas por atitudes de julgamento e de regulação desmedida.

As experiências das pessoas em situação de sem-abrigo com os membros da sua rede de pares parecem desempenhar, de acordo com a perspetiva dos/as entrevistados/as, também um papel importante. Efetivamente, sejam passageiras ou mais duradouras, mais consensuais ou desafiantes, as relações com a rede de pares podem promover um sentimento de pertença e compreensão que dificilmente é atingido por alguém que não passou pela experiência idiossincrática de estar numa situação de sem-abrigo.

Ao nível do ajustamento às vivências em situação de sem-abrigo, pudemos observar dois grupos distintos: as que veem a situação de sem-abrigo como contínua e irreversível e as que idealizam ou já estão a implementar planos de mudança para a sua vida. Independentemente do grupo em que se inserem, os/as entrevistados/as refletem sobre como é viver em situação de sem-abrigo, enfatizando o sentimento de empatia e positividade que prevalece nas relações com quem está na mesma situação e mesmo com profissionais e pessoas voluntárias, mas também reconhecendo a necessidade da existência de regras criadas pela própria população, que constituam um alicerce para o bom relacionamento entre si e com a comunidade.

As reflexões dos/as participantes reforçam a necessidade de conhecermos as áreas nas quais as pessoas em situação de sem-abrigo identificam falhas ao nível dos serviços disponíveis, nomeadamente, nas respostas sociais e nas políticas públicas. Lacunas referentes ao acesso à habitação, às falsas promessas de resposta, e à necessidade crescente da individualização da resposta social foram identificadas pelos/as entrevistados/as, e sugerem que a necessidade de continuar a repensar quais as abordagens que podem trazer maior sucesso na intervenção junto desta população, sendo que o reconhecimento da sua heterogeneidade de características e de necessidades, como, por

exemplo, a adoção de uma perspetiva de género, parece um bom ponto de partida. Este estudo trouxe a possibilidade de ouvir de viva voz as próprias pessoas em situação de sem-abrigo, pelo que se acredita que a construção de alternativas de solução para este fenómeno terá que passar sempre por trabalhar junto daquela que é a fonte mais fidedigna – eles/as próprios/as.

Para além da resposta social, e como foi referido anteriormente, o relacionamento com a comunidade tem, também, um papel importante no ajustamento à adversidade e na construção da resiliência das pessoas em situação de sem-abrigo. Tal como Höijer (2011) afirma, as representações sociais de determinado grupo estão intimamente interligadas com o pensamento social coletivo. Os/as participantes deste estudo descrevem o que identificam como atitudes de desprezo e de vergonha da e na relação com a comunidade. De facto, apesar de existir, cada vez mais, uma maior sensibilização acerca deste fenómeno, parece prevalecer não só um pré-conceito, mas também um preconceito sobre as pessoas em situação de sem-abrigo. Torna-se evidente a urgência de desconstruir as representações sociais negativas da sociedade coletiva acerca desta população e, como consequência, estaremos, em simultâneo, a diminuir o fator de risco que é a segregação social e a construir uma sociedade que se pauta pela justiça social e inclusão.

Limitações e implicações para o futuro

Não obstante os contributos subsequentes a este estudo, será importante sublinhar algumas limitações. Quanto ao método selecionado, o uso de uma investigação qualitativa não permite, nem almeja, a generalização dos resultados obtidos para toda a população em situação de sem-abrigo, refletindo “apenas” as perspetivas dos/as seis participantes. Por ser uma amostra recolhida por conveniência, dentro do contexto de uma instituição de apoio comunitário no concelho do Porto, a probabilidade dos/as participantes possuírem experiências mais semelhantes ou homogéneas é considerável, uma vez que partilham uma intervenção e uma comunidade idênticas.

Neste sentido, o nosso estudo parece corroborar a necessidade de realizar investigações semelhantes com uma amostra mais abrangente, nomeadamente, com uma maior representatividade do sexo feminino, ou com maior diversidade de faixas etárias ou grupos étnico-raciais, para recolher perspetivas de pessoas em situação de sem-abrigo

com experiências diferenciadas e poder efetuar uma caracterização mais próxima da realidade desta população. Poderá ser interessante, em estudos futuros, realizar entrevistas, paralelamente, a membros das equipas que desempenham funções nas instituições de apoio comunitário, de forma a triangular informação sobre o impacto do apoio comunitário na construção da resiliência em pessoas em situação de sem-abrigo.

Perante uma temática que apresenta escassez de informação, o nosso estudo dá ênfase à crescente necessidade de ouvir a voz das pessoas em situação de sem-abrigo e considerar essa voz na moldagem de serviços e da intervenção de acordo com as suas necessidades reais, idiossincráticas e individualizadas, na esperança de contribuir para a sua resiliência e qualidade de vida.

Referências Bibliográficas

- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições, 70.
- Batista, A. (2024). *Diagnóstico Social do Porto 2024*. Rede Social do Porto.
- Batista, E. C., de Matos, L. A. L., & Nascimento, A. B. (2017). A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, 11(3), 23-38.
- Bender, K., Thompson, S. J., McManus, H., Lantry, J., & Flynn, P. M. (2007). Capacity for survival: Exploring strengths of homeless street youth. In *Child and youth care forum* (Vol. 36, pp. 25-42). Kluwer Academic Publishers-Plenum Publishers. <https://doi.org/10.1007/s10566-006-9029-4>.
- Braun, V., & Clarke, V. (2013). *Successful qualitative research: A practical guide for beginners*. Sage Publications.
- Busch-Geertsema, V., Edgar, W., O'Sullivan, E., & Pleace, N. (2010). Homelessness and homeless policies in Europe: Lessons from research. In *Conference on homelessness* (Vol. 9, No. 1, p. 10).
- Cancela, A. M., Caetano, A. P., Teixeira, M., & Almeida, C. D. (2023). A Intervenção Social com Pessoas em Situação de Sem-Abrigo. O papel das políticas sociais de âmbito nacional e local. *Revista Temas Sociais*, (4), 33-49. https://doi.org/10.53809/TS_ISS_2023_n.4_33-49
- Cruz, H. (2024, 3 junho). Há menos 50 sem-abrigos Porto. *Jornal de Notícias*. <https://www.jn.pt/872539825/ha-menos-50-sem-abrigos-porto/>
- Coesão Social (2020). *Estratégia Municipal para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2020-2023*. <https://coesaosocial.cm-porto.pt/files/uploads/cms/coesaosocial/10/files/1641901433-isypJHAYbe.pdf>
- Coimbra, S., & Fontaine, A. M. (2015). Resiliência e habilidades sociais: Reflexões conceituais e práticas para uma nova geração. In *Habilidades sociais: Diálogos e intercâmbios sobre pesquisa e prática* (pp. 186-216). Sinopsys.
- Costa, A. L., & Coimbra, S. (2024). Joining voices for social inclusion: Activism and resilience of professionals working with people in situations of vulnerability.

- In *Learning Inclusion in a Digital Age: Belonging and Finding a Voice with the Disadvantaged* (pp. 83-93). Singapore: Springer Nature Singapore.
- Daly, G. (1996). *Homeless: Policies, strategies and lives on the streets*. Routledge.
- Damiani, V., Coimbra, S., & Costa, A. L. (2024). Fostering Social Inclusion of People in Situations of Vulnerability: Experiences from the Italian and Portuguese Contexts. In *Learning Inclusion in a Digital Age: Belonging and Finding a Voice with the Disadvantaged* (pp. 67-82). Singapore: Springer Nature Singapore.
- Divisão Municipal de Gestão da Rede Social (2024). *Plano de Desenvolvimento Social do Porto 24/28*. Rede Social do Porto.
- Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-abrigo. (2024). *Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo - 31 de dezembro 2023*. <https://coesaosocial.cm-porto.pt/files/uploads/cms/Inqu%C3%A9rito%20Caracteriza%C3%A7%C3%A3o%20das%20Pessoas%20em%20Situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Sem-Abrigo%20-%2031%20de%20dezembro%202023%20-%20Quadros.pdf>
- European Union. (2024). *Eurostat regional yearbook 2024 edition*. Flagship publication.
- Feantsa, U. (2005). ETHOS—European typology on homelessness and housing exclusion. Recuperado de <https://www.feantsa.org/download/ethos2484215748748239888.pdf>2005.
- Fernandes, M. M. D. (2006). *Fechados no silêncio: os sem abrigo*. Dissertação de Doutoramento, Universidade Aberta, Porto.
- Fondation Abbé Pierre & FEANTSA. (2024). *Ninth Overview of Housing Exclusion in Europe*. Recuperado de https://www.feantsa.org/public/user/Activities/events/2024/9th_overview/Rapport_-_EN.pdf
- Galán-Sanantonio, A., & Botija, M. (2024). Barriers and Opportunities in Accessing Social Care for Women Experiencing Homelessness: A Systematic Integrative

- Review. *Health & Social Care in the Community*, (1).
<https://doi.org/10.1155/2024/3010747>.
- Grunspun, H. (2002). Violência e resiliência: a criança resiliente na adversidade, [temas em debate]. *Bioética*, 10(1), 163-171.
- Höijer, B. (2011). Social representations theory. A new theory for media research. *Nordicom Review*, 32(2), 3-16. <https://doi.org/10.1515/nor-2017-0109>.
- Johnstone, M., Jetten, J., Dingle, G. A., Parsell, C., & Walter, Z. C. (2015). Discrimination and well-being amongst the homeless: the role of multiple group membership. *Frontiers in psychology*, 6, 739.
<https://doi.org/10.3389/fpsyg.2015.00739>
- Kidd, S & Davidson, L. (2007). “You have to adapt because you have no other choice”: The stories of strenght and resilience of 208 homeless youth in New York City and Toronto. *Journal of Community Psychology*, 35(2), 219-238.
<https://doi.org/10.1002/jcop.20144>.
- Masten, A. S. (2014). *Ordinary magic. Resilience in development*. New York, London: Guilford.
- Masten, A. S., Best, K. M., & Garmezy, N. (1990). Resilience and development: Contributions from the study of children who overcome adversity. *Development and psychopathology*, 2(4), 425-444.
<https://doi.org/10.107/S0954579400005812>.
- Masten, A. S., & Garmezy, N. (1985). Risk, vulnerability and protective factors in developmental psychopathology. In *Advances in clinical child psychology* (pp. 1-52). New York: Plenum Press. https://doi.org/10.1007/978-1-4613-9820-2_1.
- Matulič-Domadžič, V., Munté-Pascual, A., De Vicente-Zueras, I., & León-Jiménez, S. (2020). “Life starts for me again.” the social impact of psychology on programs for homeless people: solidarity networks for the effectiveness of interventions. *Frontiers in Psychology*, 10, 3069.
<https://doi.org/10.3389/fpsyg.2019.03069>.
- Observatório Nacional de Luta contra a Pobreza. (2024). *Pobreza e Exclusão Social. Relatório 2024*. EAPN Portugal.

- Oliveira, A. C. V. B. (2020). *"Prefiro ir outra vez para a rua do que abandonar o cão!"*: A *Ligação Humano Animal nas Pessoas em Situação de Sem Abrigo*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto, Portugal.
- Pereira, C. A. L. (2009). *A resiliência e a vulnerabilidade ao stress numa população sem-abrigo*, Dissertação de Doutoramento, Universidade Fernando Pessoa, Portugal.
- Pleace, N., Baptista, I., Benjaminsen, L., & Busch-Geertsema, V. (2018). *Homelessness services in Europe: EOH comparative studies on homelessness*. Feantsa, Brussels.
- Quintas, S. M. M. (2010). *A percepção de técnicos e indivíduos "sem-abrigo": histórias ocultas de uma realidade no Porto*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Porto, Portugal.
- Ricardo, S. A. P. (2017). *Pessoas Sem-Abrigo: Responsabilidade Individual, Responsabilidade Política e Estigma*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho, Portugal.
- Roche, J. D. (2015). *Counter-narratives of adults who are homeless: Attachment and resiliency in context*. University of Northern Colorado.
- Salanova, M. (2022). *Resiliencia: ¿Cómo me levanto después de caer?*. Shackleton Books.
- Schwarz, S. (2018). Resilience in psychology: A critical analysis of the concept. *Theory & Psychology*, 28(4), 528-541. <https://doi.org/10.1177/0959354318783584>.
- Shankar, S., Gogosis, E., Palepu, A., Gadermann, A. M., & Hwang, S. W. (2019). "I Haven't Given Up and I'm Not Gonna": a phenomenographic exploration of resilience among individuals experiencing homelessness. *Qualitative Health Research*, 29(13), 1850-1861. <https://doi.org/10.1177/1049732318798353>.
- Schütz, C. G. (2016). Homelessness and addiction: Causes, consequences and interventions. *Current Treatment Options in Psychiatry*, 3, 306-313. <https://doi.org/10.1007/s40501-016-0090-9>.

- Teixeira, S. M. (2011). *Sem-Abrigo - O Acompanhamento Institucional e a sua Repercussão no Quotidiano*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras Universidade do Porto, Portugal.
- Viegas, I. O. M. (2013). *Morar na rua: um estudo sobre sobrevivência e identidade de pessoas sem-abrigo*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Portugal.
- Voronka, J., Wise Harris, D., Grant, J., Komaroff, J., Boyle, D., & Kennedy, A. (2014). Un/helpful help and its discontents: Peer researchers paying attention to street life narratives to inform social work policy and practice. *Social Work in Mental Health*, 12(3), 249–279. <https://doi.org/10.1080/15332985.2013.875504>

Anexos

Anexo A - Guião de Entrevista Semiestruturada

Introdução: Breve apresentação do objetivo da entrevista, esclarecimento de possíveis dúvidas que possam surgir. É dado o consentimento informado, e pedida autorização para a gravação da entrevista em formato áudio para análise posterior do conteúdo.

Caracterização sociodemográfica:

Nome:

Idade:

Género:

Situação atual de habitabilidade:

1. Pode falar-me um pouco acerca da sua trajetória de vida e dos acontecimentos que levaram a que vivesse em situação de sem-abrigo? Como se sente em relação à condição atual?
2. A que instituições ou **serviços** já recorreu? Como teve conhecimento dos mesmos? Que tipo de apoio lhe deram e/ou em que tipo de atividades participa? Pode falar-me sobre a sua experiência com esse(s) serviço(s)?
3. Como caracteriza o trabalho que é desenvolvido e de que modo tem impacto na sua vida?
4. Pode falar-me acerca da sua relação com os(as) **profissionais e/ou voluntários** desses serviços? Que experiências (mais ou menos positivas) teve com os(as) profissionais e/ou voluntários?
5. Pode falar-me acerca da sua relação com as **restantes pessoas** que frequentam os mesmos serviços? Que experiências (mais ou menos positivas) teve com essas pessoas?
6. E da sua relação com outras pessoas da **comunidade** a que pertence? Que experiências (mais ou menos positivas) teve com essas pessoas?

7. O que considera importante a ser mudado nas atitudes das instituições/ profissionais e/ou sociedade para com as pessoas em situação de sem-abrigo? Na sua opinião, que mudanças podem contribuir para melhorar a vida das pessoas em situação de sem-abrigo?

Anexo B – Consentimento Informado

Consentimento Informado

O meu nome é Ana Carolina Moreira dos Anjos e estou a fazer um estudo no âmbito do meu mestrado na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, sob orientação da Professora Doutora Susana Coimbra. Gostava que o seu contributo me ajudasse a perceber melhor as relações que as pessoas em situação de sem-abrigo estabelecem dentro da comunidade e a importância que têm no seu dia-a-dia. Gostava ainda que partilhasse comigo a sua própria experiência com as instituições de apoio comunitário a que já recorreu, e o impacto que têm no seu dia-a-dia.

Durante a nossa conversa, será feito um conjunto de perguntas, às quais não é obrigado/a a responder se não se sentir confortável. Não existem respostas certas ou erradas, por isso, sinta-se confortável para responder da maneira mais sincera possível. Para garantir que não me esqueço ou percebo mal a informação que partilhar, peço a sua autorização para gravar a entrevista em formato áudio. Tudo o que disser será usado apenas para fins académicos, e a informação não será partilhada com ninguém fora desta investigação, sendo os registos de áudio apagados logo após serem transcritos. No final da entrevista, pode fazer qualquer alteração ou acrescentar informação, se assim o entender. A sua participação é totalmente voluntária e confidencial, e pode fazer pausas ou desistir de responder a qualquer momento, sem sofrer qualquer penalização.

Declaro que sou maior de idade, entendi o que me foi explicado e aceito participar nesta investigação.

Porto, ____ de _____ de _____

Assinatura:

Anexo C – Parecer Favorável da Comissão de Ética



COMISSÃO DE ÉTICA

PARECER (Ref.º 2024-09-02)

A Comissão de Ética (CdE) da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, tendo apreciado os documentos do projeto de investigação denominado **“O Papel do Apoio Comunitário na Resiliência de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo”**, submetidos para apreciação ética por **Ana Carolina Anjos** e com orientação da **Prof.ª Doutora Susana Coimbra**, na reunião nº 08/CdE/2024, de 11 de setembro, emitiu um **Parecer Favorável** à realização da pesquisa.

A CdE recomenda que seja explicitado, no consentimento informado, a destruição dos registos áudio após a sua transcrição.

Parecer favorável

A CdE é favorável à realização do projeto tal como apresentado.

FPCEUP, 13 de setembro de 2024

O Presidente da CdE,


Prof. Doutor Rui Alexandre Alves